

## **SEGUNDA PROVA ESCRITA 2ª SENTENÇA NATUREZA PENAL**

### **LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES**

- 1 – Este caderno contém a proposta para elaboração da Sentença de Natureza Penal. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 – Ao receber este caderno de prova, registre os seus dados pessoais, sua inscrição e assinatura em lugar especificamente indicado para tal finalidade.
- 3 – Não é permitido comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público.
- 4 – Não se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 5 – Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 – Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e à transcrição do texto para o caderno de texto definitivo.
- 7 – Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o seu caderno de texto definitivo e deixe o local de prova.
- 8 – Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 9 – A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente ou no caderno de texto definitivo poderá implicar a anulação da sua prova.
- 10 – Não serão corrigidas as questões dos candidatos que extrapolarem o número de linhas estipulado por questão ou dos que responderem às questões em local diverso do demarcado.

**ATENÇÃO** – Será permitida a consulta apenas a legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a jurisprudência, súmulas, exposições de motivos, anotações ou comentários, obras de doutrina, manuais, obras que contenham formulários e/ou modelos, dicionários e apostilas (item 13.8). Os textos de legislação que contenham jurisprudência, súmulas ou exposições de motivos somente poderão ser utilizados se as folhas a elas referentes estiverem previamente grampeadas (item 13.8.1). Será aceita legislação impressa da internet, desde que observado o disposto nos subitens 13.8 e 13.8.1 (item 13.8.2). Será eliminado o candidato [...] **portar arma(s)** no local de realização da prova [...]; **utilizar ou portar**, mesmo que desligados [...] **quaisquer equipamentos eletrônicos** [...] **telefone celular** [...] entre outros; [...] não entregar ao fiscal de sala o Caderno de Prova Escrita e Caderno Definitivo de Resposta [...]” (subitem 12.22, alíneas “e”, “f”, “j”).

### **DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: QUATRO HORAS**

Nome: \_\_\_\_\_

Nº Inscrição: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

EM BRANCO

## SENTENÇA DE NATUREZA PENAL (Valor da sentença 10 pontos)

Vistos, etc...

O representante do Ministério Público, em exercício nesta comarca de Belo Horizonte, ofereceu denúncia em face de **JOÃO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, carpinteiro, natural de Capim Branco/MG, nascido em 23/01/1995, residente à Rua das Flores, n. 33, Bairro Ipanema, nesta capital e **PEDRO OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, natural de Matozinhos/MG, sem profissão definida, nascido em 30/02/1980, residente à Rua das Flores, n. 85, Bairro Ipanema, nesta capital, imputando-lhes a prática do delito previsto no art. 157, §2º, I e II, do Código Penal (por três vezes). **JOÃO DA SILVA** também foi denunciado pela prática do delito previsto no artigo 129, *caput*, do Código Penal e a **PEDRO OLIVEIRA** também foi imputada a prática dos delitos previstos nos artigos 163 e 331, do mesmo diploma legal. Narra a peça a acusatória, em síntese, que:

“No dia 22 de janeiro de 2014, por volta das 23h, na Rua Diamantina, n. 53, bairro União, nesta comarca, os denunciados, agindo com unidade de desígnios, foram até o estabelecimento comercial denominado “Bar do Zé” e, ameaçando com uma arma de fogo as pessoas que ali se encontravam, anunciaram tratar-se de um assalto.

O denunciado **JOÃO DA SILVA**, empunhando um revólver, obrigou o proprietário do bar, José Carlos Gomes, a lhe entregar a quantia de R\$ 80 (oitenta reais), em espécie, que se encontrava no caixa. Neste momento, José Carlos esboçou reação, tendo sido, então, atingido, no pé esquerdo, por um disparo de arma de fogo efetuado por **JOÃO DA SILVA**, o que lhe ocasionou a lesão corporal de natureza leve descrita no A.C.D. de fls. \_\_\_\_\_. Enquanto isso, **PEDRO OLIVEIRA** se encarregou de recolher os pertences dos clientes do estabelecimento, Maria Lúcia Ribeiro e Marcelo Lopes, que lhe entregaram, respectivamente, um relógio de pulso marca “Orient” e um aparelho de telefone celular marca “Nokia”.

Efetuadas as subtrações, os denunciados, então, empreenderam fuga, levando consigo os objetos subtraídos.

Acionada, a Polícia Militar, ciente das características físicas dos agentes, que lhes foram fornecidas pelas vítimas, após rastreamento, conseguiu encontrá-los, cerca de uma hora após a prática delitiva, abordando-os nas imediações do “Bar do Zé”. Foram apreendidos, em poder deles, o produto do crime, não tendo sido encontrada a arma de fogo utilizada na prática delitiva.

No momento da prisão, **PEDRO OLIVEIRA**, ao ser algemado pelo Cabo da Polícia Militar, Roberto Rodrigues, agrediu-o verbalmente, chamando-o de “cachorro do governo”, e cuspiu em sua direção.

Já no interior da viatura policial, enquanto era conduzido à delegacia, **PEDRO OLIVEIRA** desferiu vários chutes contra o veículo, quebrando seu vidro traseiro e amassando sua lataria.”

EM BRANCO

Auto de prisão em flagrante dos acusados às fls. \_\_\_\_.

Auto de apreensão da *res furtiva* (fls. \_\_\_\_), relacionando a quantia R\$ 80 (oitenta reais) em espécie, um relógio marca “*Orient*”, avaliado em R\$ 50 (cinquenta reais) e um aparelho celular marca, “Nokia”, avaliado em R\$ 40 (quarenta reais).

Laudo de avaliação dos bens apreendidos (fls. \_\_\_\_).

Termo de restituição dos bens subtraídos, (fls. \_\_\_\_).

Laudo pericial das avarias causadas na viatura policial, demonstrando ter sido quebrado seu vidro traseiro, além de haver amassamento de sua lataria lateral esquerda (fls. \_\_\_\_).

Não foi apreendida a arma de fogo utilizada na prática delitiva.

A certidão de antecedentes criminais de **JOÃO DA SILVA**, acostada às fls. \_\_\_\_, registra anotação relativa à imposição de medida socioeducativa em virtude da prática de ato infracional análogo ao delito de furto qualificado, com trânsito em julgado em 29/06/2010.

Por sua vez, a certidão de antecedentes criminais de **PEDRO OLIVEIRA** foi juntada às fls. \_\_\_\_, registrando uma condenação à pena de cinco anos e quatro meses de reclusão pela prática do delito de roubo majorado, com trânsito em julgado em 05/07/2010, além de uma condenação à pena de um ano e seis meses de reclusão, pela prática do delito de estelionato, com trânsito em julgado em 05/02/2010.

O Auto de Corpo de Delito da vítima José Carlos, foi acostado às fls. \_\_\_\_, atestando ter ele sofrido lesão de natureza leve, decorrente do disparo de arma de fogo.

Conversão da prisão em flagrante em preventiva às fls. \_\_\_\_, com fundamento na garantia da ordem pública, abalada em razão da reiteração criminosa dos denunciados.

A denúncia foi recebida em 20 de fevereiro de 2014 (fls. \_\_\_\_).

Foi indeferido o pedido de concessão de liberdade provisória aos denunciados, (fls. \_\_\_\_).

Regularmente citados, os réus apresentaram resposta à acusação, às fls. \_\_\_\_, protestando pela absolvição, bem como arrolando testemunhas.

Não sendo o caso de absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação e defesa, bem como interrogados os réus. A testemunha Lucilene da Silva, arrolada pela defesa do denunciado **PEDRO OLIVEIRA**, foi ouvida por Carta Precatória expedida para a comarca de Betim, tendo sido sua defesa regularmente intimada da respectiva expedição. Na ocasião da oitiva da mencionada testemunha, foi nomeado, no juízo deprecado, defensor “*ad hoc*” ao réu **PEDRO OLIVEIRA**.

EM BRANCO

A vítima José Carlos relatou, ao ser ouvida em juízo, que

“(…) confirma as declarações prestadas perante a autoridade policial; que reconhece os acusados aqui presentes como sendo os autores do crime, esclarecendo que **JOÃO DA SILVA** foi quem lhe abordou; que reconhece com certeza os denunciados, porque, no momento do crime, estavam com o rosto descoberto e pôde vê-los com clareza; que **JOÃO DA SILVA** permaneceu todo o tempo com a arma em punho; que identificou os acusados por fotografias no curso do inquérito policial, sendo que, nesta oportunidade, confirma, com segurança, tal reconhecimento; afirma que, no momento dos fatos, seu bar se encontrava com pouco movimento, havendo apenas um casal ocupando uma mesa nos fundos; que **JOÃO** ali chegou acompanhado do outro acusado aqui presente; que **JOÃO** usava uma blusa vermelha e um boné azul; que o acusado **PEDRO** se encarregou de recolher os pertences do aludido casal que se encontrava na mesa dos fundos, enquanto **JOÃO** lhe obrigou a esvaziar a caixa registradora, que continha a importância de R\$ 80 (oitenta reais), em espécie; que, neste momento, **JOÃO** atirou contra ele, desnecessariamente, já que pretendia lhe entregar o dinheiro do caixa; que o disparo efetuado por **JOÃO** atingiu seu pé esquerdo; que, após o disparo, os dois agentes empreenderam fuga, tendo sido a Polícia Militar acionada por sua esposa, que se encontrava na cozinha do bar e foi alertada pelo estampido; que não percebeu se os acusados estavam sob o efeito de substância entorpecente; que, aparentemente, ambos estavam sóbrios. (...)” (fls. \_\_\_\_).

As demais vítimas, Marcelo Lopes e Maria Lúcia, clientes do bar, também foram ouvidas em juízo (fls.\_\_\_\_), ocasião em que confirmaram a dinâmica dos fatos narrada por José Carlos. Ambos também ratificaram, naquela oportunidade, o reconhecimento fotográfico dos acusados, levado a efeito na fase policial, afirmando não terem dúvida de terem sido eles os autores da subtração.

Por sua vez o Policial Militar, Roberto Rodrigues (fls. \_\_\_\_ ) informou, ao ser ouvido em juízo:

“(…) que, ao chegar ao local do crime, deparou-se com o dono do estabelecimento comercial, que havia sido atingido por um disparo de arma de fogo no pé; que no local também estava a esposa do proprietário do bar, bem como Marcelo Lopes e Maria Lúcia, clientes do bar; que as vítimas descreveram as características dos autores da prática delitiva e relacionaram os objetos que haviam sido subtraídos; que, saindo no encalço dos agentes, sua guarnição policial, após cerca de uma hora de rastreamento, logrou encontrá-los em uma rua próxima ao bar, trazendo em seu poder os objetos subtraídos; que os acusados, ao avistarem a viatura, tentaram evadir-se; informa que o acusado **PEDRO OLIVEIRA**, ao ser imobilizado, agrediu-o verbalmente, chamando-o de “cachorro do governo”, tendo cuspidido em sua direção; relata que o denunciado Pedro, quando já se encontrava no interior da viatura policial, passou a desferir chutes contra a sua lataria, quebrando seu vidro traseiro e causando amassamento em sua lataria; que os acusados foram apresentados à autoridade policial; informa que a arma do crime não foi localizada (...)”.

A testemunha **ANA MARIA ANDRADE**, que presenciou a prisão em flagrante, confirmou, às fls. \_\_\_\_, a versão apresentada pelo Policial Militar.

EM BRANCO



O acusado **JOÃO DA SILVA**, por ocasião de seu interrogatório, afirmou:

“(…) que são verdadeiros os fatos narrados na denúncia; que o interrogado afirma que no momento do crime estava “drogado”, pois tinha feito uso de “crack”; que é usuário de “crack” há cerca de um ano; que não tem o costume de andar armado; que saiu de casa armado no dia dos fatos com a intenção de conseguir dinheiro para comprar droga; que, após a subtração, ao empreender fuga, arremessou a arma do crime em um lote vago, situado na rua que fica atrás do “Bar do Zé”; que cometeu o crime na companhia de **PEDRO OLIVEIRA**, sendo que **PEDRO** o acompanhou “de livre espontânea vontade”, após terem consumido juntos substância entorpecente em sua residência; que combinaram que o produto do crime seria dividido entre eles; alega que atirou contra o dono do bar porque pensou que ele iria pegar uma arma embaixo do balcão; (…)” (fls. )

**PEDRO OLIVEIRA**, por sua vez, alegou, em seu interrogatório:

“(…) que confirma ter participado do assalto ao “Bar do Zé”, na data mencionada na denúncia; que foi forçado por **JOÃO DA SILVA** a participar da empreitada criminosa, tendo este o ameaçado com uma arma de fogo; que, no momento dos fatos, **JOÃO DA SILVA** foi quem ameaçou as vítimas com a aludida arma, enquanto o interrogado se encarregou de recolher os pertences dos clientes do bar; que concordou em participar da empreitada criminosa porque teme o corréu **JOÃO DA SILVA**, que é pessoa violenta; que iam dividir o produto do crime; que, no momento do assalto, **JOÃO DA SILVA** se assustou quando o dono do bar se moveu na direção do balcão; que, em razão disso, **JOÃO** deu um tiro na direção de **JOSÉ CARLOS**, atingindo-o no pé; que, cerca de uma hora após a prática delitiva, quando iriam dividir os bens subtraídos, foram surpreendidos por uma guarnição policial em uma rua deserta; que não se lembra de ter desacatado o policial encarregado de sua prisão e nem de ter causado dano à viatura policial; (…)” (fls.\_\_\_\_).

As testemunhas arroladas pela defesa dos acusados limitaram-se a fornecer informações a respeito do bom comportamento dos denunciados.

A carta precatória expedida para a oitiva da testemunha Lucilene na comarca de Betim foi juntada às fls. \_\_\_\_, devidamente cumprida.

O Ministério Público, em sede de alegações finais, pugnou pela condenação dos acusados, nos exatos termos da exordial acusatória.

A defesa de **JOÃO DA SILVA** argumentou, em preliminar, não ter sido válido o reconhecimento levado a efeito pelas vítimas por ter sido efetivado por meio de fotografias no curso do inquérito policial, em ofensa ao disposto no artigo 226 do CPP. Apontou, ainda, ausência de condição de procedibilidade quanto ao crime de lesão corporal, uma vez que não houve representação da vítima José Carlos.

No mérito, afirmou que **JOÃO DA SILVA** se encontrava sob o efeito de substância entorpecente no momento da prática delitiva, não podendo compreender o caráter ilícito do fato e nem determinar-se de acordo com esse entendimento, impondo-se, assim, a exclusão de sua culpabilidade. Invocou, ainda, a aplicação do chamado princípio da insignificância, argumentando que a *res furtiva* possui pequeno valor, devendo ser reconhecida a atipicidade de sua conduta.

EM BRANCO

Alternativamente, pleiteou o reconhecimento da modalidade tentada do delito de roubo, já que os acusados foram presos logo após a prática da subtração, não se configurando a posse mansa e pacífica dos objetos subtraídos.

Requereu, por último, que seja reconhecida a incidência da atenuante da confissão espontânea, além da exclusão da majorante pertinente ao emprego de arma de fogo, já que o revólver supostamente utilizado na prática delitiva não foi apreendido.

A defesa de **PEDRO OLIVEIRA**, por sua vez, apontou, em sede preliminar, a nulidade do feito, argumentando ter ocorrido cerceamento de defesa, em virtude de não ter sido intimada da data designada, no juízo deprecado, para a realização da audiência destinada à oitiva da testemunha Lucilene, por ela arrolada. Suscitou, também, a preliminar pertinente à nulidade do reconhecimento levado a efeito pelas vítimas. Apontou, ainda, a ausência de condição de procedibilidade quanto ao delito de dano, em razão da inexistência de representação da vítima. No mérito, pleiteou a absolvição quanto aos delitos de roubo, sustentando que o acusado foi coagido a participar da prática delitiva pelo corréu **JOÃO DA SILVA**, que o ameaçou.

Defendeu, ainda, a mesma tese pertinente à incidência do princípio da insignificância, quanto aos delitos de roubo, circunstância que acarretaria a atipicidade da conduta a ele imputada e pleiteou, alternativamente, o reconhecimento da modalidade tentada do delito.

Por fim, requereu a absolvição quanto ao crime de desacato, ao argumento de que não agiu com dolo.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Com base na situação hipotética apresentada, na qualidade de juiz de direito substituto, **PROFIRA A SENTENÇA**, devidamente embasada na legislação, na doutrina e/ou na jurisprudência. **ANALISE** toda a matéria de direito processual e material pertinente para o julgamento.

Deve se basear apenas nos fatos narrados e, em hipótese alguma, crie fatos e dados novos.

EM BRANCO

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

RASGUMI

EM BRANCO

31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	
42.	
43.	
44.	
45.	
46.	
47.	
48.	
49.	
50.	
51.	
52.	
53.	
54.	
55.	
56.	
57.	
58.	
59.	
60.	

EM BRANCO



61.	
62.	
63.	
64.	
65.	
66.	
67.	
68.	
69.	
70.	
71.	
72.	
73.	
74.	
75.	
76.	
77.	
78.	
78.	
80.	
81.	
82.	
83.	
84.	
85.	
86.	
87.	
88.	
89.	
90.	

RASGUMPHI

EM BRANCO

91.	
92.	
93.	
94.	
95.	
96.	
97.	
98.	
99.	
100.	
101.	
102.	
103.	
104.	
105.	
106.	
107.	
108.	
109.	
110.	
111.	
112.	
113.	
114.	
115.	
116.	
117.	
118.	
119.	
120.	

EM BRANCO

121.	
122.	
123.	
124.	
125.	
126.	
127.	
128.	
129.	
130.	
131.	
132.	
133.	
134.	
135.	
136.	
137.	
138.	
139.	
140.	
141.	
142.	
143.	
144.	
145.	
146.	
147.	
148.	
149.	
150.	

EM BRANCO

151.	
152.	
153.	
154.	
155.	
156.	
157.	
158.	
159.	
160.	
161.	
162.	
163.	
164.	
165.	
166.	
167.	
168.	
169.	
170.	
171.	
172.	
173.	
174.	
175.	
176.	
177.	
178.	
179.	
180.	

EM BRANCO



181.	
182.	
183.	
184.	
185.	
186.	
187.	
188.	
189.	
190.	
191.	
192.	
193.	
194.	
195.	
196.	
197.	
198.	
199.	
200.	

EM BRANCO

EM BRANCO

